



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em 27/9/16
Secretaria Legislativa

REQUERIMENTO RQ 2040 /2016
(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - PPS)

REQUER A REALIZAÇÃO DE SESSÃO SOLENE NO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2016 ÀS 15H, NO PLENÁRIO DA CAMARA LEGISLATIVA.

Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro nos termos do artigo 145, V, combinado com o art. 99, IV, art. 124, art. 135, I – a do Regimento Interno desta Casa, a realização de Sessão Solene no dia 07 de outubro de 2016, às 15 horas, no Plenário, com o objetivo em comemorar o 28º Aniversário da promulgação da Constituição Cidadã.

JUSTIFICAÇÃO

DATA RESERVADA NA AGENDA GERAL DE EVENTOS:	
07, 10, 2016	
HORA: 15	LOCAL: PP

011849

A atual Carta Constitucional brasileira, ou, em outros termos, nossa atual Constituição, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Sua promulgação foi aclamada com fervor tanto pelos políticos que participaram do processo de sua composição quanto pela população do Brasil daquele período, que, naquele momento, estava, de fato, completando a tão falada “transição democrática”. Essa transição começou (amparada pelos militares) em 1979, com a **Lei da Anistia** – que abonava os crimes cometidos durante o período do **Regime Militar** (iniciado em 1964), fossem aqueles de viés revolucionário, executados pela parte contrária ao regime, fossem os cometidos pelos próprios militares.

Em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a **Assembleia Nacional Constituinte** que confeccionaria e aprovaria o texto da Constituição de 1988. Entretanto, os membros dessa Constituinte não foram escolhidos diretamente pelo povo por meio das urnas, como se faz em uma **Constituinte Exclusiva**, na qual os constituintes são eleitos apenas para definir uma nova Constituição e, depois, seu mandato expira. A nossa Assembleia Constituinte, iniciada em 1987, seguiu o modelo de um **Congresso Constituinte**. Mas o que é isso?

No ano de 1982, quando começaram os primeiros focos de manifestações pelas eleições diretas, que ficariam conhecidas como “**Diretas Já!**”, houve as primeiras eleições para congressistas (deputados e senadores), governadores de estado e deputados estaduais. Essas eleições deram aos eleitos um mandato de quatro anos, com exceção dos senadores, que tiveram mandato de oito anos. No ano de 1986, quando os mandatos expiraram, houve novas eleições gerais para os mesmos cargos. Foram os congressistas eleitos nesse ano de 1986 que formaram o **Congresso Constituinte**, responsável pela nova Constituição. Um ano

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5
Gabinete 03 - CEP: 70.094-902
Telefone: 3348-8032
email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

Setor Protocolo Legislativo
RQ Nº 2040/2016
Folha Nº 01 G.C

SECRETARIA LEGISLATIVA 26Set2016 17:18
Thayane 70154

A



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

antes, em 1985, houve a posse do primeiro presidente civil após os cinco presidentes militares que governaram o país desde abril de 1964. Esse presidente civil, **José Sarney**, foi eleito indiretamente, como vice de **Tancredo Neves** (também eleito da mesma forma, mas que faleceu antes de ser empossado).

O texto da nova Constituição só ficou pronto no segundo semestre de 1988 e, de todos, foi o mais extenso e detalhado. A nova Constituição foi submetida à aprovação em uma sessão do Congresso Nacional de 22 de setembro de 1988. Segundo o historiador Marco Antônio Villa, a Constituição recebeu: “[...] 474 votos favoráveis e 15 contrários. Os 15 eram da bancada do PT, que considerou a Carta “elitista e conservadora”.

A Constituição nasceu em um momento de crise para a presidência da República, representada então pela pessoa de José Sarney. No ano seguinte, foram realizadas as sonhadas eleições diretas para presidente, das quais sairia vitorioso **Fernando Collor de Melo**, que seria deposto do cargo em 1992, em meio a um escândalo de corrupção – o primeiro da “Nova República”.

A presente Sessão Solene se justifica em razão da importância desta Carta Magna. Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala de Sessões, em de de 2016.

Deputado **RAIMUNDO RIBEIRO**

Autor

AGACIEL MAIA – PTC

BISPO RENATO ANDRADE - PR

CELINA LEÃO-PDT

CHICO LEITE – REDE

CHICO VIGILANTE - PT

CLÁUDIO ABRANTES – REDE

CRISTIANO ARAÚJO - PTB

JUAREZÃO - PRTB



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

JULIO CESAR – PRB

LILIANE RORIZ – PRTB

LIRA – PHS

LUZIA DE PAULA – REDE

PROF. ISRAEL – PV


PROF. REGINALDO VERAS – PDT

RAFAEL PRUDENTE - PMDB

RICARDO VALE – PT

ROBÉRIO NEGREIROS - PMDB

RODRIGO DELMASSO – PTN

ROOSEVELT VILELA - PSB


SANDRA FARAJ - SD

TELMA RUFINO – SEM PARTIDO

WASNY DE ROURE – PT

WELLINGTON LUIZ – PMDB

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 2.040/16.

Autoria: Deputado (a) Raimundo Ribeiro (PPS)

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete do Secretário Executivo da Terceira Secretaria para as providências de que trata o **Ato da Mesa Diretora nº 57/2000.**

Em 28/09/16



MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo
RA Nº 2040/2016
Folha Nº 04 G.C.